

A problemática da nomeação no Egito Antigo – Império Novo

Maria Helena Trindade Lopes¹

Então, apesar de viveres no meio dos cristãos, ainda tens aquela crença antiga do povo das fadas, que aquele que conhece o nosso nome verdadeiro nos pode controlar o espírito conforme lhe aprouver?

Marion Zimmer Bradley,
As Brumas de Avalon – A Senhora da Magia

Há sociedades em que o silêncio e a palavra não surgem como duas realidades diversas. Há sociedades que apelam mais à palavra e há sociedades que apelam mais ao silêncio.

A civilização egípcia nasceu e desenvolveu-se num espaço geográfico particular²: um vale, protegido e defendido, por dois desertos, o deserto Líbio, a Ocidente, e o deserto Arábico, a Oriente. E esta particularidade permitiu-lhe vivenciar e compreender que o deserto era um espaço simbolicamente associado à morte e ao isolamento e, conseqüentemente, ao silêncio.

¹ Professora Doutora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no Centro de História d'Aquem e d'Além-Mar – CHAM. Diretora do 1º projeto arqueológico por uma equipe portuguesa no Egito (“Palácio de Apriés, Mênfis”) iniciado em março de 2000. Desde 2010 integra o *pool of reviewers* da *European Science Foundation* (ESF).

²Para a compreensão do espaço egípcio com as suas distintas mensagens, ver Pires (2015).

O silêncio transformou-se, deste modo, numa espécie de metáfora de ausência de vida. E, por oposição, a palavra que rompeu e extinguiu o imaginário silencioso converteu-se num compreensível símbolo de existência.

Esta apreensão e leitura do espaço envolvente conduziu, naturalmente, a diferentes explicações das Origens e dos modelos de criação³. Uma das mais importantes, e a mais distinta de todas as narrativas – a Menfita – apoiou o seu modelo criador na força da palavra. Ptah, o Demiurgo de Mênfis, pensara o mundo no seu coração e realizara-o pela força da sua palavra⁴. Evidentemente, esta explicação da criação consolidou o entendimento da diferença, por parte das mulheres e homens egípcios, entre o peso do silêncio e a força da palavra.

O silêncio era alegórico. Recordava o tempo das Origens, o tempo anterior à Criação do mundo, quando tudo estava ainda adormecido nas águas do Nun⁵, inertes, infinitas, indiferenciadas, obscuras e permanentes.

Mas no momento em que o Criador emergira, separando, com a sua acção, o pré-mundo do mundo, o peso do silêncio fora confrontado com a força realizadora da palavra.

A palavra criava, dizia, exprimia, falava. Nomeava...

O acto de nomear transformou-se, deste modo, num acto fundador. Nomear algo significava criar algo⁶, dar-lhe vida, realidade. E, naturalmente, os egípcios estabeleceram uma relação íntima, essencial, entre o nome (*rn*) (VERNUS, 1980, p. 320) e aquilo que ele exprimia (LEFÉBVRE, 1897, p. 106-108).

Os deuses, por exemplo, eram reconhecidos pelas suas nomeações. Os seus nomes falavam a sua natureza (KUHLMANN,

³ Ver Allen (1988); Derchain (1980, p.747-756); Lesko (1991); Sauneron; Yoyotte (1959, p.17-87); Tobin (2001, p. 469-472).

⁴ Cf. Allen (1988, p. 36-47).

⁵ Ver McBride (2001, p. 557-558).

⁶ Ver Assmann (2001, p. 83 - 110); Sauneron, Yoyotte (1959, p. 39-40) e Zandee (1964, p. 33 - 66).

1976, col. 697), exprimiam a sua essência: Ré era o Sol, Hathor, era a “casa de Hórus”, Amon era o “Escondido”, Hórus, o “Longínquo” e Sekhmet, a “Poderosa”.

Ora, o mesmo acontecerá, naturalmente, com os homens. Os homens também serão nomeados e reconhecidos pelos e nos seus nomes. Será, pois, neste tipo de nomeação, na nomeação das mulheres e homens egípcios, que iremos agora centrar a nossa exposição.

No Egito Antigo, no momento do nascimento⁷, a mãe atribuía um (ou dois nomes) ao seu filho e esta nomeação, este acto de dar um nome (*rn*) a uma criança correspondia a um acto criador, pois acreditava-se que o nome produzia o ser (LOPES, 2003, p. 17; VITTMANN, 2013, p. 1). Ou seja quando uma mãe dava um nome a uma criança estava, de certo modo, a esboçar a natureza⁸ do seu filho e ainda a sua existência futura, o seu destino. Mas um nome era ainda um elemento fundamental de sobrevivência (LOPES, 2003, p. 81; ZANDEE, 1960, p.179). Sobrevivia-se também através da permanência do nome sobre a terra (DOXEY, 2001, p. 490). Mas assim sendo, se o nome continha não só a natureza do ser como o seu programa de vida, ao dar-se a conhecer o nome de alguém, estava a permitir-se que todos conhecessem a dimensão mais íntima de um ser, todas as suas qualidades mas também todas as suas vulnerabilidades (VERNUS, 1980, 320), transformando assim este ser numa personagem absolutamente transparente e indefesa. Ou seja, o conhecimento do nome de alguém numa sociedade que acreditava que o nome falava o ser, permitia, possibilitava ataques a esse nome. E um ataque a um nome podia ser, por exemplo, o seu martelamento total ou parcial⁹, a sua eliminação.

⁷ Ver . RANKE, “Grundsätzliches zum Verständnis der ägyptischen Personennamen in Satzform” in SHAW 1936-1937, pp. 9-12 e POSENER, “Sur l’attribution d’un nom a un enfant” in *RdE* 22, 1970, pp. 204-205.

⁸ VERNUS, “Name – Namengebung – Namensbildung” in *LÄ* IV, 1982, col. 321- 337.

⁹ Ver os exemplos apresentados por JUNKER, “Ein neuer Nachweis des weisen

No seguimento deste raciocínio, a destruição do nome conduzia à destruição da identidade do seu possuidor, à anulação da sua existência (SAUNERON, 1966, p. 49) e ainda à anulação da sua sobrevivência.

Ora este perigo real vai levar as mães egípcias a darem mais do que um nome aos seus filhos. Dão-lhe um nome, que é aquele que é utilizado no quotidiano e reconhecível por todos, e dão-lhe depois outro nome, o verdadeiro nome, que é desconhecido de toda a gente e, por isso, é designado por “nome secreto” (rn št₃) (LOPES, 2003, p. 19; GARNOT, 1948, p. 470). Ou seja, o 1º nome, aquele que é público, corresponde, no fundo, a um “falsamente dito”, é um nome-máscara e, por isso, mesmo que sofra ataques, estes não se repercutem sobre o seu portador. O 2º nome, o secreto, só é conhecido pela mãe, excepcionalmente pelo pai e, por isso, não pode sofrer qualquer tipo de agressão.

Mas, para além desta situação, habitual e modelar, ainda acontece, ao longo da vida, o indivíduo vir a receber uma segunda ou uma terceira nomeação (LOPES, 2003, p.18; VERNUS, 1980, col. 326-333). Muitas vezes acontece por razões práticas, por exemplo porque o seu nome é muito longo e resiste mal à utilização social e deste modo é abreviado ou modificado (VERNUS, 1980, col. 334-337). Também pode acontecer este nome ser substituído por um cognome ou alcunha¹⁰ que é conhecido por aqueles que privam com ele ou ser aumentado por um epíteto de glória¹¹.

Vamos então ver os nomes provenientes deste primeiro tipo de nomeação – não falamos claro do nome secreto – falamos dos nomes sociais ou identificadores.

ḏdhr” in *Studi in Memoria di Ippolito Rosellini* (Mélanges Rossellini), vol. II, 1955, p. 138 e por DRIOTON, “Description sommaire des chapelles funéraires de la VIe dynastie récemment découvertes derrière le mastaba de Mérefouka à Sakkarah” in *ASAE* 43,1943, p. 511.

¹⁰ Vd. HUGHES “The cruel father. A demotic papyrus in the library of G. Michaelides” in *Fs. Wilson*, 1969, p. 46.

¹¹ Ver os exemplos apresentados por Vandier (1938, p. 13-14); Vernus (1970, p. 158) e ainda Yoyotte (1976/1977, p. 41).

Estes nomes eram formados a partir de nomes de deuses ou seja continham nomes de deuses na sua formulação - e por isso chamavam-se nomes teofóricos - ou eram formados a partir de nomes de reis ou seja continham nomes de deuses na sua formulação - e por isso chamavam-se nomes basifóricos - (LOPES, 2003, p. 82) ou eram nomes que na sua formulação não continham nenhum destes elementos e eram nomes que visavam propiciar ou proporcionar algo. Esta última categoria era constituída por abreviaturas, hipocóricos, epítetos profanos, etc., tais como: “Onuris”(PN I, 35, 19)¹², “Que ele viva” (PN I, 67, 2); “Saiu” (THIRION, *RdE* 33, p. 80); “Montu disse” (PN I, 411, 2); “O vitorioso” (PN I, 209, 16); “Ipy” (PN I, 22, 24); “Inty” (PN I, 38, 24); “Huy” (PN I, 233, 18); “Ipi, o mais velho” (PN I, 22, 14) (VITTMANN, 2013 b, p. 2).

No que toca à estrutura, as enunciações atrás apresentadas podiam fazer corresponder um nome a uma única palavra, a uma frase incompleta ou a uma frase completa (VITTMANN, 2013b, p.1).

Explicada a questão da formulação dos nomes, importa agora vermos em concreto que nomes é que as mães egípcias escolhiam para os seus filhos, tendo em conta, claro, que estes nunca eram os seus verdadeiros nomes.

Encontramos uma primeira categoria, bastante alargada, de nomes que parecem ter sido motivados pelas circunstâncias imediatas do nascimento. Por exemplo:

- 1- Nomes que evocam as exclamações de uma parturiente: “Que esforço” (DEMARÉE, p. 88); “Oh, este” (PN I, 23, 27).
- 2 - Nomes que traduzem as primeiras exclamações das mães perante o recém-nascido: “É belo” (PN I, 197, 13); “Ele é grande” (PN I, 81, 20); “Este príncipe” (PN I, 117, 13); “O salvador” (PN I, 119, 13); “Lindo pintainho” (PN I, 387, 9);

¹² Abreviatura que reduziu o nome próprio à sua parte central. O nome próprio era: “Que Onuris proteja o seu pai” (M. Thirion, *RdE* 31, p. 83).

“Boa sorte” (*PN I*, 296, 5); “Boa manhã” (*PN I*, 398, 25);
 “Boa nova” (*PN I*, 78, 9).

- 3 - Nomes que evocam e testemunham a protecção de um deus para o filho ou a parturiente¹³: “A protecção está na forma de Mut” (*PN I*, 209, 11); “Tot é a sua protecção” (*PN I*, 408, 16, I, XXXX); “Isis disse: ela viverá” (*PN I*, 409, 17); “Que Khonsu o salve” (*PN I*, 331, 11); “Aquele que pertence a Hapy” (*PN I*, 361, 21); “Que Ptah me proteja” (*PN I*, 166, 14); “Ele está nas mãos de Amon” (*PN I*, 301, 23); “Montu está no seu braço forte” (*PN I*, 154, 20); “Uapuauate é a minha força” (THIRION, *RdE* 31, 92); “Que Ré o ame” (*PN I*, 157, 20); “Aquele que é amado por Bastet” (*PN I*, 160, 11); “A mãe é Anukis” (THIRION, *RdE* 36, p. 141); “Ptah, ele não me abandonou” (THIRION, *RdE* 42, p. 224).
- 4 - Nomes que evocam o nascimento durante um reinado em especial - “O filho de Teti” (*PN I*, 285, 3); “A filha de Kamés” (*PN I*, 294, 8); “O poderoso Amenhotep” (*PN I*, 30, 13); “O vitorioso Ramsés” (*PN I*, 219, 3); “Ramsés está firme” (*PN I*, 218, 13); “Ramsés está de volta” (*PN I*, 219, 5); “Amenhotep é um chefe poderoso” (*PN I*, 30, 14); “Merneptah está na casa de Ptah” (SCHULMAN, *CdE* LXV, p. 13); “Ramsés é rico em jubileus” (*PN I*, 218, 7); “Seti vive pela eternidade” (*PN I*, 322, 12); “Ramsés, o amado de Amon, é rico em anos” (*PN I*, 218, 15).
- 5 - Nomes que evocam o aparecimento de uma divindade no dia da sua festa - “Amon está em festa” (*PN I*, 28, 14); “Ptah está na barca sagrada” (*PN I*, 139, 18); “Mut apareceu” (*PN I*, 148, 15); “Hórus veio” (*PN I*, 245, 21); “Ré está no Pátio” (*PN I*, 217, 16); “Mut está no Vale” (*PN I*, 147, 16; II, 360); “Min está na colina” (*PN I*, 151, 22); “Amon está no harém (em Luxor)” (*PN I*, 27, 18); “Montu está em Tebas” (*PN I*, 154, 4); Os dois (Hórus e Set) são nascidos” (*PN I*, 225, 22);

¹³ Nomes provavelmente motivados pelo elevado índice de mortalidade infantil.

“Hórus está na barca sagrada” (*PN I*, 247, 18); “Louvores para Amon” (THIRION, *RdE* 42, 232); “Aquele que o ataca caiu por terra” (nome alusivo aos Mistérios de Osíris) (*PN I*, 135, 25) “Aquele que vem quando lhe fazemos apelo”¹⁴ (THIRION, *RdE* 42, 223-224).

Deparamos, depois, com uma segunda categoria de nomes que também são motivados pelas circunstâncias do nascimento, mas, neste caso, por circunstâncias indirectas. Por exemplo:

- 1 - Nomes que celebram o pedido de um filho a um deus: “O filho de Ptah” (*PN I*, 282, 1); “Aquele que Mut deu” (*PN I*, 373, 14); “Foi Ré que o pôs no mundo” (*PN I*, 218, 5).
- 2 - E nomes que são a expressão da fé a uma divindade pessoal
 - “Bes” (*PN I*, 98, 14); “O sábio Onuris” (*PN I*, 35, 17); “A serva de Isis” (*PN I*, 92, 6); “A irmã de Néftis” (*PN I*, 311, 21); “Sobek está vivo” (*PN I*, 303, 25); “Tot está de boa saúde” (*PN I*, 408, 19); “Uapuaate é nascido” (*PN I*, 77, 23); “Khnum é o seu (dela) deus” (THIRION, *RdE* 42, p. 167); “O servo de Satis” (*PN I*, 91, 19); “Possa ele viver para Aton” (*PN I*, 67, 18); “Que Ré o ame” (*PN I*, 157, 20).

Depois encontramos outro grupo de nomes que se prendem com a importância e sobrevivência da linhagem. Por exemplo, nomes que indicam a ordem de chegada daquele filho à família - «O meu irmão está comigo» (*PN I*, 309, 15); “Ela será a minha herdeira” (*PN I*, 15, 6); “O irmão dele” (*PN I*, 117, 7); “O meu irmão é nascido” (*PN I*, 309, 2; 310, 16); “O meu irmão está de boa saúde” (*PN I*, 309, 19; 310, 20); “um outro” (*PN I*, 343, 3); “o segundo” (*PN I*, 310, 21); “a irmã mais velha” (*PN I*, 311, 16); “Outro vínculo” (*PN I*, 343, 8); “O meu bom irmão” (*PN I*, 309, 5); “Aquele que vem depois” (*PN I*, 10, 14), “O irmão pertence a Ré” (*PN I*, 309, 4), “Um outro irmão” (*PN I*, 343, 10) ou que

¹⁴ Refere-se à Amon.

indicam que a criança é um reencarnação de um membro da linhagem, como por exemplo “O pai do pai” (*PN I*, 50, 21):

Finalmente, temos um grupo de nomes que se relacionam com a personalidade do ser a nomear. Por exemplo, acrescentando um epíteto revelador de um traço físico ou moral ou que atribuem uma característica física ou moral ao seu portador: “o cego” (*PN I*, 120, 7; *II*, 176); “o anão” (*PN I*, 204, 10); “o ruço de cabelo” (*PN I*, 405, 6); “o belo está vigoroso” (*PN I*, 61, 25); “Aquele cuja aparência é bela” (*PN I*, 61, 28); “Aquele cuja cabeça é grande” (*PN I*, 102, 20; 112, 12; 126, 22); “Aquele que é belo de rosto” (*PN I*, 113, 10), «O bravo» (*PN I*, 334, 17); “O feliz” (*PN I*, 227, 10); “A doce” (*PN I*, 215, 24); “A má” (*PN I*, 356, 12; *II*, 180), “O justo” (*PN I*, 144, 16); “o vigoroso” (*PN I*, 209, 16); “O benevolente” (*PN I*, 72, 27); “A pura” (*PN II*, 179) “O mal não existe” (*PN I*, 168, 13; *II*, 363); “Aquele cujo nome prospera” (*PN II*, 24); “Eu vi a sua vitória” (*PN I*, 143, 23); “Aquele que vem como uma estrela da manhã” (*PN I*, 9, 11); “Aquela que aparece como uma rainha” (*PN I*, 265, 24) ou que atribuem um epíteto que sublinhe a sua origem geográfica¹⁵ ou as suas semelhanças com determinado grupo étnico: Aquela de Deir el-Bahari” (*PN I*, 363, 15; *II*, 194); “A Heliopolitana” (THIRION, *RdE* 31, pp. 82-83), “Aquele de Elefantina” (*PN II*, 192); “A Senhora de Dendera” (*PN I*, 187, 23); “A Síria”¹⁶ (*PN I*, 274, 1; *II*, 193); “O Núbio” (*PN I*, 113, 13; *II*, 193); “A Hitita” (*PN II*, 194); “O asiático” (*PN I*, 59, 2); “O negro” (*PN I*, 344, 27); “A Nómada” (*PN II*, 194) ou um epíteto que reflecta o seu estatuto social: “O chefe dos artífices” (*PN I*, 81, 18); “O Superintendente do Celeiro” (*PN I*, 101, 1; *II*, 189); “O comerciante” (*PN I*, 101, 11; *II*, 189); “O sacerdote uab” (*PN I*, 103, 24; *II*, 189); “O servidor do deus” (*PN I*, 115, 16; *II*, 189); “O comandante das tropas” (THIRION, *RdE* 36, p. 127); “O vizir” (*PN I*, 389, 15; *II*, 191); “A música” (*PN I*, 368, 3; *II*, 191); “O porta-

¹⁵ Ver Vittmann, “Personal Names: Function and Significance” in FROOD; WENDRICH, (eds.), *UCLA Encyclopedia of Egyptology*, pp. 4-5.

¹⁶ Este nome e os seguintes - “O Núbio”, “A Hitita”, “O Asiático”, “O Negro” “A Nómada” - não foram atribuídos a egípcios, mas a estrangeiros. Cf. Ranke (1936, p. 236).

estandarte” (*PN I*, 121, 6; *II*, 190), “O soldado” (*PN I*, 105, 15) ou ainda um epíteto, que funciona como uma alcunha, e que institui uma relação entre aquele que o usa e um animal ou uma planta ou um fruto ou um objecto: “O carneiro” (*PN I*, 100, 14; *II*, 183); “A gata” (*THIRION, RdE* 34, p. 107); “O leão” (*PN I*, 144, 1); “O rato” (*PN I*, 133, 6), “A rã” (*PN I*, 336, 8; *II*, 185), “O linho” (*PN II*, 181); “O feixe de lótus” (*PN I*, 371, 18; *II*, 181); “A maçã” (*PN II*, 181); “A barca sagrada” (*PN I*, 75, 24); “O falo” (*PN I*, 115, 20); “A espada” (*PN II*, 186); “O leme” (*PN I*, 240, 8), o “lápiz lazúli” (*PN I*, 274, 11; *II*, 187).

Todos estes foram nomes usados pelos homens e pelas mulheres egípcias do Império Novo.

O que podemos concluir desta listagem de nomes?

Podemos concluir que estes nomes nos revelam as principais crenças, valores e sentimentos expressos pelo homem egípcio, da elite, no Império Novo.

Por exemplo, os nomes teofóricos – aqueles que eram constituídos com nomes de deuses – demonstram, melhor do que quaisquer outros nomes, a nova atitude religiosa do homem do Império Novo, apresentando-se como verdadeiros indicadores do fenómeno da “religião ou piedade pessoal” (LOPES, 2003, p. 49ss.). Esta podia ser influenciada pelo peso institucional das grandes castas, pelas crenças familiares, assim como pela origem geográfica dos seus mentores, cuja ligação ao seu deus local se apresentava muitas vezes com a sua mais importante referência religiosa (VERNUS, 1977, p. 144).

Verificamos através dos nomes atrás inventariados que a dominante criadora ou fecundadora inerente às divindades está muito bem representada neste tipo de nomeação. Amon e Ptah são os nomes mais presentes neste tipo de formulação onomástica.

A segunda categoria de nomes – os basilofóricos – mostramos que a escolha deste nome era determinada ou pela coincidência do nascimento com o reinado em questão ou pela preferência por esta ou aquela figura real. Nesta categoria Ramsés II surge como a

figura mais destacada, seguido de Amenhotep I, Seti I e Merneptah (LOPES, 2003, p. 51).

E, finalmente, a terceira categoria de nomes – os propiciatórios ou profanos – exprimem a relação do portador do nome com os seus progenitores e com a sua linhagem e qualificam ainda o recém-nascido segundo diversas categorias: a esperança de vida, o estatuto do próprio, as suas qualidades morais e intelectuais e as suas qualidades físicas. Nesta qualificação, o portador do nome surge, ainda, com nomes alusivos a profissões, animais, plantas ou frutos, coisas e lugares (LOPES, 2003, p. 54-55).

Estas eram as várias hipóteses de nomeação no Egípto, durante o Império Novo. E elas sintetizam bem a problemática do nome. O nome-destino e o nome-memória. Remetem-nos para a possibilidade de uma multiplicidade de nomes – pelo menos 3 – que correspondem à multiplicidade do sujeito e designam espaços e fronteiras no social.

Alertam-nos ainda para o facto de estes nomes sociais serem, no entanto, falsos nomes, nomes-máscaras, pois os verdadeiros, os secretos eram interdictos, confidenciais, protegendo assim o sujeito dos riscos inerentes à nomeação.

O nome secreto protegia o indivíduo. O nome social escrevia a sua história. Ambos garantiam a eternidade do seu possuidor...

Referências

ALLEN, J. P. *Genesis in Egypt – The philosophy of ancient egyptian creation accounts*. New Haven: Yale University, 1988.

ASSMANN, J., *The Search for God in Ancient Egypt*. London: Cornell University, 2001.

DEMARÉE, R. J., *The 3ḥ ikr n Rc-stelae : on ancestor worship in ancient Egypt*. Leiden: Oosten, 1983.

DERCHAIN, P., “Kosmogonie” in *L.Ä.* III. Wisbaden: Otto Harrassowitz, 1980, pp.747-756.

- DOXEY, D. M., “Names” in REDFORD, D. (ed.). *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*, vol. 2, Cairo: American University in Cairo Press 2001, pp. 490-492.
- DRIOTON, E., “Description sommaire des chapelles funéraires de la VIe dynastie récemment découvertes derrière le mastaba de Mérefouka à Sakkarah” in *ASAE 43*. Cairo: IFAO, 1943.
- HUGHES, G. R. “The cruel father: a Demotic Papyrus in the Library of G. Michaelides” in *Studies in Honor of John A. Wilson* (Fs. Wilson). Chicago: The University of Chicago Press, 1969.
- JUNKER, H. “Ein neuer Nachweis des weisen Ddfhr” in *Studi in Memoria di Ippolito Rosellini* (Mélanges Rossellini), vol. II, Pisa: Lischi, 1955.
- KUHLMANN, K., “Gotternamen, - bildung, - Zusammensetzung” in *Lexikon der Ägyptologie (LÄ)*, Wiesbaden: Otto Harrasowitz, 1976.
- LEFÉBVRE, E., “L’importance du Nom chez les Egyptiens” in *SPHINX I*, Upsala: Almqvist & Wiksell, 1897, pp. 106-108.
- LESKO, L. H., “Ancient Egyptian Cosmogonies and Cosmology” in SCHAFER, B. E. (ed.). *Religion in Ancient Egypt: Gods, Myths, and Personal Practice*. London: Cornell University, 1991.
- LOPES, H., *Estudos de Egiptologia*. Lisboa: Ed. Associação Portuguesa de Egiptologia, 2003.
- McBRIDE, R., “Nun” in REDFORD, D. (ed.). *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*, vol. 2, Cairo: American University in Cairo Press: 2001, pp. 557-558.
- PIRES, G. C. B., *Sentir e narrar o sagrado: em torno da sacralização do(s) espaço(s) aquático(s) e terrestre(s) no Egípto Antigo*. Lisboa: Dissertação de Mestrado FCSH, 2015.
- POSENER, G., “Sur l’attribution d’un nom a un enfant”. *RdE 22*. Paris: Société Française d’Égyptologie, 1970, pp. 204-205.
- RANKE, H., *Die ägyptischen Personennamen I: Verzeichnis der Namen. (PN)* Glückstadt: J.J. Augustin, 1935.

- RANKE, H., *Die ägyptischen Personennamen II: Einleitung: Form und Inhalt der Namen. Geschichte der Namen. Vergleiche mit andren Namen. Nachträge und Zusätze zu Band I. Umschreibungslisten (PN)*. Glückstadt, Hamburg and New York: J.J. Augustin, 1952.
- RANKE, H., “Grundsätzliches zum Verständnis der ägyptischen Personennamen in Satzform”. *SHAW 1936-1937*. Heidelbergue: 1937, pp. 9-12.
- RANKE, H., “Les Noms Propres Égyptiens”. *CdE* 11, Bruxelles: Fondation Egyptologique Reine Elisabeth, 1936.
- SAUNERON; S., “Le Monde du Magicien Égyptien”. *Le Monde du Sorcier*. Paris: Ed. Du Seuil, 1966, p. 49.
- SAUNERON, S.; YOYOTTE, J., *La Naissance du Monde*. Paris: Ed. du Seuil, 1959.
- SCHULMAN, A. R., “Thr Royal Butler Ramessessami'on”. *CdE* LXV. Bruxelles: Fondation Egyptologique Reine Elisabeth, 1990.
- TERRACE, E. L. B.; FISCHER, H. G. *Treasures of the Cairo Museum from Predynastic to Roman times*. London: Thames and Hudson, 1970.
- THIRION, M., “Notes d’onomastique: Contribution à une révision du Ranke PN”. *Revue d’Égyptologie (RdE)* 31, Paris: Ed. Peeters, 1979.
- THIRION, M., “Notes d’onomastique: Contribution à une révision du Ranke PN”. *Revue d’Égyptologie (RdE)* 33, Paris: Ed. Peeters, 1981.
- THIRION, M., - “Notes d’onomastique: Contribution à une révision du Ranke PN”. *Revue d’Égyptologie (RdE)* 34 (1982 - 1983), Paris: Ed. Peeters, 1982
- THIRION, M., “Notes d’onomastique: Contribution à une révision du Ranke PN”. *Revue d’Égyptologie (RdE)* 36, Paris: Ed. Peeters, 1985.
- THIRION, M., “Notes d’onomastique: Contribution à une révision du Ranke PN”. *Revue d’Égyptologie (RdE)* 42, Paris: Ed. Peeters, 1991.
- TOBIN, V. A., “Creation Myths” in REDFORD, D. (ed.), *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*, vol. 2. Cairo: American University in Cairo Press, 2001, pp. 469-472.

- VANDIER, J. *Mo'alla. La tombe d'Ankhtifi et la Tombe de Sébekhotep*, Cairo: IFAO, 1938.
- VERNUS, P., "Name – Namengebung – Namensbildung". *Lexikon der Ägyptologie (LÄ)* IV. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1980, col. 321- 337.
- VERNUS, P., *Athribis, textes et documents relatifs à la géographie, aux cultes, et à l'histoire d'une ville du delta égyptien à l'époque pharaonique*, Le Caire: IFAO, 1978.
- VERNUS, P., "Le dieu personnel dans l'Égypte pharaonique" . *Colloque de la Société Ernst Renan*. Paris: 1977, p. 143-157.
- VERNUS, P. "Sur une particularité de l'onomastique du Moyen Empire". *Revue d'Égyptologie (RdE)* 22, Paris: Librairie C. Klincksieck, 1970.
- VITTMANN, G., "Personal Names: Function and Significance" in FROOD, E; WENDRICH, W., (eds.), *UCLA Encyclopedia of Egyptology*. Los Angeles: 2013 <http://digital2.library.ucla.edu/viewItem.do?ark=21198/zz002dwqr7>
- VITTMANN, G., "Personal Names: Structures and Patterns" in FROOD, E; WENDRICH, W., (eds.), *UCLA Encyclopedia of Egyptology*. Los Angeles: 2013 <http://digital2.library.ucla.edu/viewItem.do?ark=21198/zz002dwqsr>
- YOYOTTE, J. "Osorkon, fils de Mehytouskhé un pharaon oublié" in *BSFE* 77/78, Paris: Société Française d'Égyptologie, 1976/1977.
- ZANDEE, J., "Das Schopferwort im alten Agypten". *Verbum. Fs. Obbink*, Utrecht: University of Utrecht, 1964.